

RADAR FEMINISTA

NO CONGRESSO NACIONAL

24 de maio de 2022



O governo segue trabalhando intensamente para dilapidar os bens públicos. A bola da vez é a Eletrobrás, que deu mais um passo com julgamento favorável do TCU à privatização. **Especialistas têm se manifestado contra a venda da empresa**, alertando que promoverá piora da crise energética e econômica.

Seguem as denúncias recorrentes de violência política, com repetidos episódios de sexismo e racismo. Na semana passada, a deputada estadual do Rio de Janeiro Renata Souza (Psol), enviou uma representação ao Ministério Público contra o deputado Rodrigo Amorim (PTB), pedindo a investigação pela possível prática de injúria e violência política de gênero.

Ao menos as denúncias e inúmeras manifestações e reações contra atitudes desse tipo começam a surtir algum efeito. O deputado estadual Fernando Cury (à época Cidadania), que passou a mão nos seios da deputada Isa Penna (PSOL) ainda foi protegido por seus pares e somente suspenso por 6 meses.

Já o deputado estadual Arthur do Duval (União Brasil), aquele que gravou vídeo falando que as ucranianas eram “fáceis”, foi cassado e teve seus direitos políticos suspensos por 8 anos, em votação unânime dos 73 parlamentares presentes na sessão na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Que estes casos sirvam de exemplo para que, aqueles e aquelas em exercício de cargos públicos ou que irão concorrer às vagas em disputa nas próximas eleições, pensem antes de agir e falar. E para que, quem se sentir alvo de violência, denuncie.

A colocação de propostas para serem discutidas em regime de urgência diretamente no Plenário, não levando em conta o debate nas Comissões, continua sendo uma prática.

A bola da vez foi a aprovação da **Subemenda Substitutiva Global** ao **PL 3179/2012**, de autoria do deputado Lincoln Portela (PR/MG), que dispõe sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica. Um absurdo essa aprovação, que vem sendo **criticada por especialistas na área** pelos prejuízos que trazem para as crianças e adolescentes.

Nota: **Lei nº 14.340, de 18 de maio de 2022**, modifica procedimentos relativos à alienação parental e o Estatuto da Criança e do Adolescente para estabelecer procedimentos adicionais para a suspensão do poder familiar.

Resultados da agenda da semana

16 a 20 de maio

2 A **Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)** aprovou o parecer pela aprovação do **PL 3062/2021**, de autoria da deputada Carla Zambelli (PSL/SP), que dispõe sobre o cálculo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social e assegura adicional no valor do benefício no caso de mulheres que se dedicam ao cuidado de filhos. *A matéria vai à CSSF.*

Aprovado o parecer pela aprovação, com Substitutivo do **PL 5192/2020**, de autoria da deputada Elcione Barbalho (MDB/PA), que autoriza o atendimento da mulher vítima de violência a ser atendida diretamente pela defensoria pública ou pelo ministério público, nos municípios em que não houver Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher ou Núcleo Investigativos de Femicídio ou equipe especializada para o atendimento e a investigação das violências graves contra a mulher. *A matéria vai à CCJC.*

Veja aqui outros **Resultados**.

Em pauta na semana

23 a 27 de maio

A pauta completa está disponível no [link](#).

Propostas que tiveram andamento

3 Na **Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO)**, o deputado João Campos (Republic/GO) foi designado relator do [PL 4297/2020](#). A proposta, de autoria da deputada Sâmia Bomfim (PSOL/SP) e mais 3, dispõe sobre a criação de zona de proteção no entorno dos estabelecimentos de saúde que prestam o serviço de aborto legal e serviços que prestam atendimento especializado a mulheres vítimas de violência sexual.

Na **Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)**, o [PDL 409/2020](#) volta a aguardar designação de relatoria, já que o deputado Marreca Filho (PATRIOTA-MA), devolveu a proposta sem manifestação e deixou de integrar a Comissão. O PDL, de autoria da deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ) e mais 12 deputadas, susta os efeitos dos artigos 1º a 8º da Portaria 2.561/2020, que dispõe sobre o Procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez nos casos previstos em lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde-SUS.

A proposta tramita com outros quatro PDLs apensados, com o mesmo teor (PDL 410/2020, PDL 413/2020, PDL 428/2020 e PDL 136/2021). Vale lembrar que essa Portaria foi repudiada por [profissionais da saúde](#), entre outras coisas, por constituir violência institucional a meninas e mulheres brasileiras que engravidam de seus agressores.

Novas propostas apresentadas

Indenização para vítimas de violência doméstica

PL 1299/2022, de autoria do deputado Cleber Verde (REPUBLIC/MA), altera a Lei Maria da Penha para que a vítima tenha direito a ser indenizada pelo Estado a título de dano moral.

Proposta no campo da saúde das mulheres

PL 1249/2022, de autoria da deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ), Acrescenta inciso XIII ao art. 473 do DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943, para garantir licença de três dias consecutivos, a cada mês, às mulheres que comprovem sintomas graves associados ao fluxo menstrual.

PL 1236/2022, de autoria do deputado Loester Trutis (PL/MS), dispõe a obrigatoriedade da distribuição gratuita da suplementação medicamentosa de ácido fólico a mulheres em idade fértil e gestantes, com intuito de prevenir a má-formação fetal.

PL 1326/2022, de autoria do deputado Ney Leprevost (UNIÃO/PR), inclui a Dermomicropigmentação Paramédica como serviço assistencial complementar do Sistema Único de Saúde – SUS às mulheres vítimas do Câncer de Mama.

População LGBTQIQ+

PL 1268/2022, de autoria do deputado Alexandre Frota - PSDB/SP, tipifica o crime contra a pessoa LGBTQIA+ como análogo à injúria racial.

Marco Legal dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana

PL 1279/2022, de autoria da deputada Érika Kokay e mais 19 deputadas e deputados, dispõe sobre o Marco Legal dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana.

Vale a pena conferir!

UOL – Jamil Chade: Com 1 milhão de assinaturas, denúncia em Haia amplia ação contra Bolsonaro

Folha: Trans na política enfrentam rotina de perseguição e ameaças de morte no país

Observatório Direitos Humanos Crise e Covid 19 - Educação e Pandemia